



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Têm-se registado sucessivos acidentes de viação fatais, e na sequência disso, a Polícia apelou a eventuais testemunhas para prestarem declarações. Isto demonstra que a Polícia não domina todas as informações quando ocorrem acidentes, e a razão principal disso é o Regime jurídico de videovigilância, que entrou em vigor há vários anos mas que, na prática, ainda não foi aplicado. Se as câmaras estivessem instaladas naquelas vias públicas, a Polícia já não precisava de pedir apoio para avançar com a investigação.

O Regime jurídico de videovigilância em espaços públicos entrou em vigor em 2012, e ao longo dos três anos que se seguiram, não foram realizadas as necessárias obras para instalação das câmaras, e o concurso comum para as obras da primeira fase só teve início em finais do ano passado, portanto, o andamento dos trabalhos está a ser bastante lento. Mas para além dos acidentes de viação, existem em Macau muitas outras ameaças para a segurança pública, especialmente nestes últimos anos, em que se registaram sucessivos casos de imigração ilegal, sem que as autoridades conseguissem combatê-los eficazmente, constituindo, portanto, uma ameaça, para a segurança quer da vida quer dos bens da população.

O governante responsável anunciou que a instalação das câmaras de videovigilância ia ser dividida em três fases - a primeira nos postos fronteiriços, a segunda nas principais vias rodoviárias e a terceira nos pontos negros de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

segurança -, e também a criação dum grupo de trabalho especializado interdepartamental composto por cinco serviços públicos, cujo trabalho é quase zero, na opinião dos residentes, apesar de já funcionar há mais de dois anos, pois falta coordenação interserviços, cada um passa a responsabilidade para o outro, e, como se sabe, a falta de coordenação é um grande obstáculo.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Com vista a garantir a segurança dos espaços públicos e a combater a criminalidade, quando é que o processo de concurso público para as obras da primeira fase de instalação das referidas câmaras vai ser concluído? A par disso, deve ser iniciado o processo do concurso público para as restantes fases, e acelerado o ritmo dos respectivos trabalhos, a fim de salvaguardar a segurança quer da vida quer dos bens da população. O Governo vai fazê-lo?
2. O andamento desses trabalhos é bastante lento, portanto, o Governo tem de o acelerar. Deve seleccionar os locais para a instalação de todas as câmaras, para que, depois de concluído o respectivo concurso público, os trabalhos seguintes possam ser rapidamente iniciados. Vai fazê-lo?
3. O Regime jurídico de videovigilância em espaços públicos entrou em vigor há três anos, no entanto, o Governo ainda não avançou com a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

instalação das respectivas câmaras. Quais foram as dificuldades com que se deparou? Será que têm a ver com a falta de comunicação e coordenação interserviços? O Governo vai rever aquele regime? Vai, através da racionalização de quadros e da simplificação administrativa, resolver a sobreposição de funções entre serviços?

O Deputado à Assembleia Legislativa

Leong Veng Chai

26 de Março de 2015